

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

**OUTORGADO: BRUNO FUGA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.632.824/001-54, neste ato representada por seu sócio Bruno Augusto Sampaio Fuga, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PR 48.250 e/ou **BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade sob o n 42.202.329-2 e CPF nº 041.498.049-23, com escritório na Avenida Higienópolis, 1601, sala 1203, na cidade de Londrina/Pr., na condição de contratada.

### OUTORGANTE:

Ademir da Silva, brasileiro, portador do RG 3630900-1  
e CPF 111.417.694-09, residente e domiciliado na cidade  
de Maceió/AL.

**FINALIDADE E PODERES:** Propor toda e qualquer medida judicial e/ou extrajudicial a fim de receber o crédito em face dos casos encaminhados para este contratado, **ação para receber seguro e correção do DPVAT**. Requerer, desistir, assinar desistência, firmar acordos, receber e dar quitação, transigir, passar recibos, interpor todos os recursos legais para qualquer instância ou tribunal, dar queixa crime e acompanhar inquéritos policiais e sumários de culpa, solicitar documentos particulares, inclusive em instituição médicas e hospitalares, enfim praticar todos os poderes da cláusula "ad judicial", requerer tudo o que necessário em qualquer repartição Pública, Federal, Municipal ou Estadual, autarquia ou paraestatal. Finalmente confere os poderes por mais especiais que sejam, para a execução deste mandato, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que aqui não estejam expressamente mencionados. Honorários: 30% sobre o valor recebido, quando recebido, se receber, sendo que os honorários de sucumbência pertencerão integralmente aos advogados.

Maceió 02 de outubro de 2015.

**OUTORGANTE:**

e Ademir da Silva

## SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO COM RESERVAS

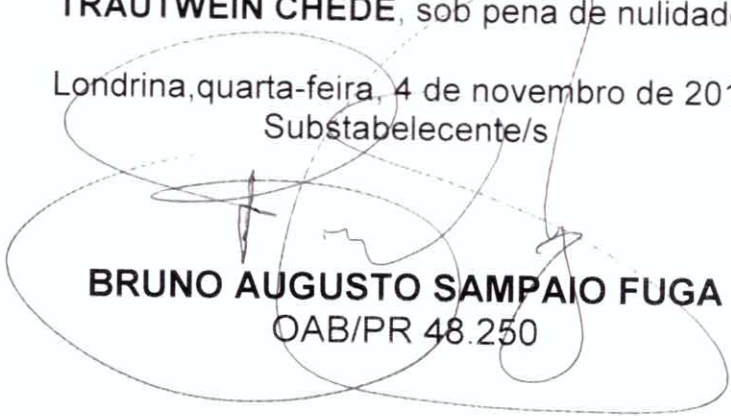
**SUBSTABELECENTE: BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade sob o n 42.202.329-2, inscrita CPF nº 041.498.049-23 e OAB/PR nº 48.250, com escritório na Avenida Higienópolis, 1601, sala 1203, na cidade de Londrina/Pr.

**SUBSTABELECIDO/S: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade sob o n 8.208.575-0, inscrita CPF nº 050.410.019-01 e OAB/PR nº 52.880, com escritório na Avenida Higienópolis, 1601, sala 1203, na cidade de Londrina/Pr.

**PODERES: COM Reservas, Acompanhar e praticar todos os atos necessários**, inclusive, fazer carga e acompanhar processos nos juizados especiais cíveis, Varas Cíveis, Turma Recursal, Tribunal de Justiça e STJ. Praticar todos os poderes da cláusula "a judícia", especialmente requerer, variar, desistir, assinar, firmar acordos, receber e dar quitação, transigir, passar recibo, interpor os recursos legais para qualquer instância ou tribunal.

Requerimento: todas as **Publicações** em nome de **JULIANA TRAUTWEIN CHEDE**, sob pena de nulidade.

Londrina, quarta-feira, 4 de novembro de 2015  
Substabelecete/s

  
**BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA**  
OAB/PR 48.250

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

10/12/2013

3630900-1

ADERVAN DA SILVA

MARIA DE LOURDES DA SILVA

MACEIÓ - AL

CERTO MASC 17929 FLS 78 LIV A24

MACEIÓ - AL

111.417.694-09

2 VIA

MARIA MADALENI CARDOSO DA SILVA

DIRETORA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

LEIN 7.116 DE 2014/6

P 300

16/05/1990

Polegar Direito

Adn VAN do g.ulo

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

10/12/2013

3630900-1

ADERVAN DA SILVA

MARIA DE LOURDES DA SILVA

MACEIÓ - AL

CERTO MASC 17929 FLS 78 LIV A24

MACEIÓ - AL

111.417.694-09

2 VIA

MARIA MADALENI CARDOSO DA SILVA

DIRETORA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

LEIN 7.116 DE 2014/6

P 300

16/05/1990

## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Adriano da Silva, brasileiro, solteiro, pedreiro,  
inscrito no RG nº 36.039.000-1 SSP/AL e no CPF nº 91.141.7698-09  
residente e domiciliado à CS S. Maria, S. Maria, Maceió/AL.

declaro para os devidos fins de direito, que **não disponho de condições econômicas para fazer frente às despesas processuais referentes à propositura da presente ação judicial** sem prejuízo do meu próprio sustento e o de minha família.

Diante disso, declaro fazer jus aos benefícios da Justiça Gratuita, nos Termos da Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXXIV) e da Lei 1.060/50, estando ciente que qualquer afirmação com intuito de beneficiar-me dessa benesse sem de fato fazer jus, estarei incorrendo sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Maceió 02 de outubro de 2015.

x Adriano da Silva

Assinatura

EU ADERJAN DASILVA

PROFISSÃO: JARDINERO

SALÁRIO mínimo CIDADE DE MACIO-AL

CPF: 117-417-694-09 RG-363090-07

DECLARO SOBRE AS PENAS DA LEI QUE NÃO TENHO  
CONDIÇÕES DE ALCAL COM AS CUSTAS DO PROCESSO SEM  
TUIZO DO MEU SUSTENTO E DE MINHA FAMÍLIA POR  
POIS TRABALHO DE JARDINER RECEBO UM SALÁRIO

mínimo E SUSTENTO 3 PESSOAS TENHO 25 ANO

PORTANTO PE QUE AO OS BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA  
JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS LEI-7060/50

MACIO: 29/09/2015

COM J. SENADOR RUI PALMEIRA-SERRARIA  
MACIO

ADERJAN DASILVA



**ADERVAN DA SILVA**

FILIAÇÃO..... MARIA DE LOURDES DA SILVA

NASCIMENTO..... 16/05/1990 SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL..... SOLTEIRO

NATURALIDADE: MACEIÓ - AL

DOCUMENTO..... R G 36309001 SDS AL 10/12/2013

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF..... 111.417.694-09 CNH.....

TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/AL - 14/03/2014

*Adervan da Silva*

**QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO**

---

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

NOME.....

DATA DE NASCIMENTO.....

DOCUMENTO.....

NOME.....

DATA DE NASCIMENTO.....

DOCUMENTO.....

NOME.....

DATA DE NASCIMENTO.....

DOCUMENTO.....

NOME.....

DATA DE NASCIMENTO.....

DOCUMENTO.....

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

03

**ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE**

Aproveite a  
oportunidade  
especial  
que temos  
para você!




CCE DARFOURO AL  
ADERVAN DA SILVA  
CJ SEN RUI PALMEIRA 7  
SERRARIA  
57046-340 MACEIO - AL



Postagem: 03/12/2013

0004895400001532

 <b>ESTADO DE ALAGOAS</b> <b>SECRETARIA</b> <b>DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL</b> <b>POLICIA CIVIL</b>		<b>BOLETIM DE OCORRÊNCIA</b>   NUMERO: <b>0052-H/15-0051</b>   Pag. 1 / 1 fls. 14	
DELEGACIA: Del. de Acidentes e Delitos de Trânsito - DADT FONE: 33156424   DATA/HORA COMUNICADO: 11/02/2015 10:54 DELEGACIA DESTINO: Del. de Acidentes e Delitos de Trânsito - DADT			
FATO	NATUREZA: LESÃO CORPORAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO		INSTRUMENTO: Outros
	DATA/HORA: 11/11/2014 22:00	LOCAL DO FATO: AV MENINO MARCELO Serraria Maceió	
	DIA DA SEMANA: 2 PONTO DE REFERÊNCIA: PROXIMO AO CLUBE ECO PARQUE		
COR 1 BRANCO 4 PARDO 2 PRETO 5 SARRARA 3 AMARELO 6 ALBINO		ESTADO CIVIL 1 SOLTEIRO 4 SEPARADO 2 CASADO 5 AMASIADO 3 VIUVO	NACIONALIDADE 1 BRAS NATO 2 BRAS NATURALIZADO 3 ESTRANGEIRO
		DIA DA SEMANA 1 SEG 4 QUI 7 DOM 2 TER 5 SEX 3 QUA 6 SAB	GRAU DE INSTRUÇÃO 1 ANALFABETO 4 NIVEL MEDIO 2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR 3 FUNDAMENTAL
VITIMA	NOME / RAZÃO SOCIAL: ADERVAN DA SILVA		RG: 36309001
	FILIÇÃO: N/D		SSP-AL
	PROFISSÃO: Jardineiro		CPF: 11141769409
	UF: AL	DATA DE NASCIMENTO: 16/05/1990	IDADE: 24
	NATURALIDADE: ALAGOANO	COR:	SEXO: M
	ENDEREÇO: CJ SEN RUI PALMEIRA	NACIONALIDADE: 1	ESTADO CIVIL:
	BAIRRO: SERRARIA	GRAU INSTRUÇÃO:	TURISTA
	CIDADE: Maceió	FONE: 88696658	Nº: 50
SE ( ) PM ( ) PF ( ) PC ( ) PRF ( ) BM ( ) GM ESPECIFICAR ( ) EM SERVIÇO ( ) FORA DE SERVIÇO ( ) INATIVO AFINIDADE VITIMA -> AUTOR: Nenhuma		OCORRÊNCIA RELACIONADA A: Nº 0091-H/09-4144	
<b>AUTOR: DESCONHECIDO</b>			
HISTORICO	DISSE O NOTICIANTE QUE NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA PEGOU UM MOTO TAXI SENTIDO A SUA RESIDENCIA. QUANDO AO CHEGAR NAS PROXIMIDADES DO ECO PARQUE TIVERAM SUA PASSAGEM OBSTUIDA POR UM CARRO. DEVIDO AO FATO O MOTOQUEIRO FREOU REPENTINAMENTE E ELE NOTICIANTE E CARONA FOI ARREMESSADO NA PISTA SOFRENDO LESÕES. ACIONARAM O RSGATE E COMO DEMOROU MUITO, RESOLVEU IRA PARA CASA. O CONDUTOR DA MOTO SOFREU APENAS ESCORIAÇÕES LEVE. NO DIA SEGUINTE COMO ESTAVA SENTIDO FORTE DORES FOI ATÉ O HGE, LOCAL QUE FOI ATENDIDO.		
NOTICIANTE:		ASS: <i>Adervan da Silva</i>	
ELABORADO POR: Maria Izabel Calado de Almeida		ASS:	RG / MAT.: 505285
AUTORIDADE: Antônio Carlos Azevedo Lessa		ASS:	RG / MAT.: 413879
ESCRIVÃO: Maria Izabel Calado de Almeida		ASS:	RG / MAT.: 505285



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JULIANA TRAUTWEIN CHEDE e TJALJUS.BR, protocolado em 09/11/2015 às 08:40, sob o número 0728045-1720158020001. Para conferir o original, acesse o site https://www2.tjal.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0728045-17.2015.8.02.0001 e código A2AB65.

## NOTIFICAÇÃO PREMONITÓRIA

### Constituição em mora.

**NOTIFICANTE: ADERVAN DA SILVA**, brasileiro, portador do RG sob nº. 3630900-1 SSP/AL, residente e domiciliado na cidade de Maceio/AL.

**OBJETO:** Processo administrativo do seguro DPVAT pela invalidez do próprio notificante Adervan da Silva.

**NOTIFICADA: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.170.191/0001-39, com sede na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681– 4º, 5º, 6º e 7º andares – CEP 04571-011– São Paulo – SP.

#### Termos:

1: O Notificante ingressou com processo administrativo para recebimento do seguro DPVAT devido ao acidente de trânsito sofrido em 2014 que o deixou com invalidez permanente.

2: Tentou obter cópia do processo administrativo, documento este que não foi entregue após sua realização, porém a ligação telefônica para a notificada não surtiu efeito. Nestes termos, de forma solene e expressa, realiza a presente notificação para:

- a) No prazo de **72 horas**, a contar do recebimento da notificação, colocar à disposição cópia do **processo administrativo em que a notificante foi beneficiária do seguro DPVAT**. Os processos administrativos deverão ser encaminhados para o e-mail ou endereço do escritório do patrono descrito no rodapé;
- b) O não atendimento dos termos, ou o silêncio, implicará nas medidas judiciais e administrativas cabíveis;
- c) Anexa à notificação que é encaminhada com carta aviso de recebimento, há cópia da procuração;

Atenciosamente;

Londrina, segunda-feira, 19 de outubro de 2015.

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
OAB/PR 48.250

# Companhia Mutua de Seguros

Av. Eng. Luis Berrini, 1681 - 4º,  
5º, 6º e 7º andares  
Cep: 04571-011  
São Paulo/SP

AR MAC: 36

fls. 16

ATAIRE

ATAIRE

PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

notificação punitiva: Adriano  
da Silva

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Francieli Sordi  
RG: 44.138.392-0

DATA DE RECEBIMENTO  
DATE DE LIVRAISON

CARIMBO DE ENTREGA  
UNIDADE DE DESTINO  
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO  
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO  
SIGNATURE DE L'AGENT

Matr.: 8.908.466-7  
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL.**

Autos nº. 0728045-17.2015.8.02.0001

**ADERVAN DA SILVA**, já qualificado nos autos supra que intenta ação em face de **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, informar e requerer o que abaixo se segue:

**I – RATIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO**

Tendo em vista que a **Seguradora Mutual Companhia Mutual de Seguros** encontra-se em processo de *Liquidação Extrajudicial*<sup>1</sup>, requer a alteração do polo passivo para **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

Destaca-se que não há prejuízo, pois em todos os casos, independente da Seguradora, quem sempre paga o seguro quando a discussão é Seguro DPVAT é justamente a Seguradora Líder, mesmo se ajuizada ação contra outra seguradora. Deste modo, para evitar maior tumulto processual e para evitar que o segurado do seguro DPVAT entre nesta discussão de *Liquidação Extrajudicial*, requer desde já a alteração do polo passivo.

<sup>1</sup> Comunicado: <http://www.mutualseguros.com.br/>

Ilógico seria a ré suportar a espera da liquidação, quando na verdade ele não receberia de possível patrimônio da Seguradora Mutual e sim do patrimônio da Seguradora Líder.

Verifica-se que a própria ré, em todos os processos de DPVAT onde o réu é uma das seguradoras consorciadas e não a Seguradora Líder, **alega que deve haver substituição processual do polo passivo**. Mesmo quando não há a substituição a ré apresenta a defesa como sendo a Seguradora Líder.

Verifica-se, por exemplo, a alegação comum da ré em suas peças processuais (autos: 0036178.65.2012.8.16.0014):

## II | PRELIMINARMENTE

### 1 | Da necessidade de substituição do polo passivo

Cumpra informar que a Seguradora Líder Dos Consórcios Do Seguro DPVAT S/A, assumiu em 01/01/2008 a liderança dos consórcios de que tratam a Resolução nº 154/2006, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), conforme contido em seu art. 5º, §3º (1), bem como pelo que estabelece o art. 2º da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007 (2). Nesse contexto, as seguradoras consorciadas ao Seguro DPVAT passaram a ser acionistas da Seguradora Líder.

Diante da ausência de prejudicialidade e a centralização dos procedimentos administrativos perante a Seguradora Líder, imperioso que seja deferido o pedido de substituição processual formulado.

Assim, requer: **a)** a substituição do polo passivo nos termos do artigo 41 do Código de Processo Civil, pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A; **b)** seja alterada a autuação, bem como as anotações de distribuição e, **c)** prazo para a juntada dos instrumentos procuratórios e atos constitutivos para o regular processamento do feito.

Desde Janeiro de 2008 o seguro DPVAT, ou seja, toda e qualquer ação de seguro DPVAT (seja para obter documentos ou revisar indenizações) são administradas pela seguradora Líder. A fundamentação legal é descrita pela própria ré em suas peças processuais<sup>2</sup>.

O tema é tratado, conforme já afirmado pela Seguradora Líder, por norma da Susep, vejamos:

<sup>2</sup> § 3º Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Superintendência de Seguros Privados**

**PORTARIA SUSEP Nº 2.797, de 4 de dezembro de 2007.**

**O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS** – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria Nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, na Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006, e o que consta dos Processos SUSEP nºs 15414.004363/2007-12, 15414.004368/2007-37 e 15414.004602/2007-26,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede social na cidade do Rio de Janeiro – RJ, autorização para operar com seguros de danos e de pessoas, especializada em seguro DPVAT, em todo o território nacional.

Art. 2º Ratificar que a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º da Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006.

Art. 3º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas e conselheiros da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na Assembleia Geral de Constituição realizada em 10 de outubro de 2007 e nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de outubro de 2007 e 21 de novembro de 2007.

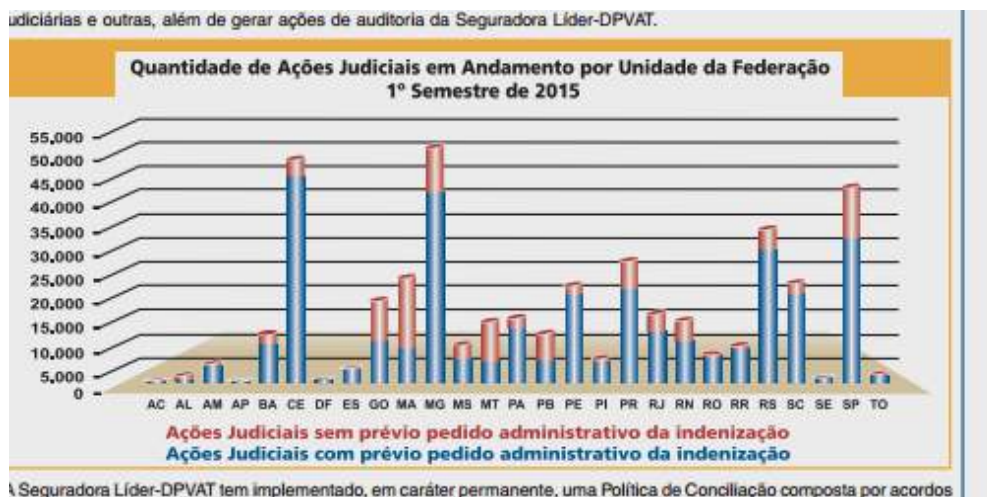
Art. 4º Ratificar que o capital social da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. é de R\$ 15.000.000,00, dividido em 15.000.000 de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

Art. 5º A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá realizar assembleia geral ratificadora da Assembleia Geral de Constituição realizada em 10 de outubro de 2007, para, no que concerne, atender ao previsto no art. 8º da Resolução CNSP Nº 136, de 7 de novembro de 2005.

Vejamos o site da Líder onde trata sobre as seguradoras consorciadas:



A própria seguradora Líder controla todas as ações judiciais quando envolve seguro DPVAT. Para demonstrar novamente este fato, segue tabela emitida pela Seguradora Líder disponível em seu site<sup>3</sup>:



Neste relatório há expressa movimentação financeira da instituição para reservar de ações judiciais. Ou seja, quem paga ação envolvendo seguro DPVAT é a Seguradora Líder, não o patrimônio das seguradoras consorciadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS CONSÓRCIOS					
As posições patrimoniais dos Consórcios, administrados pela Seguradora Líder-DPVAT, estão demonstradas como segue:					
	Em 30 de junho de 2015	Em 31 de dezembro de 2014		Em 30 de junho de 2015	Em 31 de dezembro de 2014
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Circulante .....	5.593.436	4.691.508	Circulante .....	5.571.412	4.671.301
Disponível (i) .....	933	10.385	Contas a pagar (i) .....	73.780	113.698
Ativos financeiros .....	5.568.937	4.657.706	Débitos com operações de seguros (i) .....	37.211	24.966
Títulos para cobertura provisão técnica .....	5.319.476	4.393.750	Depósitos de terceiros (i) .....	146.279	136.480
Aplicações em renda fixa .....	249.461	263.956	<b>Provisões judiciais (i) .....</b>	<b>696</b>	<b>407</b>
Títulos e créditos a receber (i) .....	23.140	23.238	Provisões técnicas (ii) .....	5.319.476	4.393.750
Despesas antecipadas (i) .....	426	179	Sinistros ocorridos mas não avisados .....	3.206.691	2.200.197
Não circulante .....	1.096	1.094	Sinistros a liquidar .....	2.043.070	2.140.904
			Outras provisões (PDA) .....	69.715	52.649

Desta forma, a Seguradora Mutual integrou inicialmente o polo passivo apenas por fazer parte desse rol de seguradoras do seguro DPVAT, não propriamente por ser uma ré. Por questão de direito, por expressa previsão legal em portarias e resoluções, em por ser questão incontroversa tendo em vista que a própria ré sempre manifesta pedindo a substituição para a Seguradora Líder, requer a alteração do polo passivo para **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

<sup>3</sup> <http://www.seguradoralider.com.br/SitePages/centroinf-demonstracoes-financeiras.aspx>

Por fim, **não há motivo de suspensão das ações pelas** razões já descritas, atendendo assim o *princípio da celeridade processual e economia*, pois suspender essas ações demandaria grande esforço do judiciário além de vultosa despesa por parte do judiciário.

## PRECEDENTES.

O assunto é simples, tão simples que alguns juízes, de ofício, estão alterando o polo passivo da ação. Assim fez constar em despacho<sup>4</sup>:

Tendo em vista a parceria celebrada entre a Segunda Vice-Presidência do TJDF e a Seguradora Líder, determino a citação, pura e simples, da Seguradora Líder na pessoa e no endereço abaixo transcrito (...)

Assim também nos autos 2016.03.1.000087-3 da 3ª Vara Cível de **Ceilândia**: “Defiro o pedido de alteração do polo passivo, nos termos do art. 294, CPC (...)”

Assim também nos autos 2015.13.1.005377-5 da Vara Cível de Riacho Fundo, **DF**: “Defiro também a alteração do polo passivo. Promova a Secretaria, desde já, as anotações e comunicações de estilo”.

Assim também nos autos 1024214-13.2015.8.26.0196 da 4ª Vara Cível de **Franca/SP**: “**defiro o pedido de substituição do polo passivo para constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ...**”

Desta forma, por ser claro, e conforma afirmado por Vossa Excelência, deverá ocorrer de forma simples e pura, a citação da Seguradora Líder, ou seja, sempre e em qualquer momento processual, a alteração para a Seguradora Líder.

Requer ainda, que todas as intimações, art. 39 CPC, devem ser encaminhadas para Juliana Trautwein Chede, OAB/PR 52.880 e OAB/AL *aguardando sair numeração*, advogada devidamente constituída, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J. Para efeitos do disposto no artigo 9º, II, §2º da Lei 8.906/94, a advogada responsável pelo andamento processual é Juliana Trautwein Chede, com OAB devidamente registrada neste Estado e podendo possuir mais de 5 ações.

<sup>4</sup> 2016.07.1.000073-5. 1ª Vara Cível **Taguatinga**.

Assim sendo, requer o prosseguimento do feito, nos termos acima mencionados, realizando a citação do Réu para apresentar contestação no prazo legal.

Pede deferimento  
Londrina, quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016.

**Juliana Trautwein Chede**  
OAB/PR 52.880

**João Pedro Marini Moreira**  
Acadêmico de Direito





**Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**  
**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**  
**vcivel3@tjal.jus.br**

**Autos nº: 0728045-17.2015.8.02.0001**

**Ação:** Exibição

**Autor:** Adervan da Silva

**Réu:** Companhia Mutual de Seguros

**DECISÃO- VISTO EM CORREIÇÃO- 2016**  
**PROVIMENTO N.º 19/2011**

1. ( ) PROCESSO EM ORDEM, NADA A PROVER.
2. À CONCLUSÃO PARA:
  - 2.1. ( ) DESPACHO
  - 2.2. (x) **DECISÃO**
  - 2.3. ( ) SENTENÇA
3. COBRE-SE:
  - 3.1. ( ) A DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIA
  - 3.2. ( ) A DEVOLUÇÃO DE MANDADO
4. ( ) CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS.
5. ( ) REITERE-SE O DESPACHO DE FLS.
6. ( ) MANTENHA-SE O FEITO SOBRESTADO.
7. ( ) ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
8. ( ) AUTUE-SE.
9. REMETA-SE
  - 9.1. ( ) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
  - 9.2. ( ) À CONTADORIA
  - 9.3. ( ) À DISTRIBUIÇÃO
10. ( ) EXPEÇA-SE CERTIDÃO AO FUNJURIS
11. COLOQUE-SE NA PAUTA DE AUDIÊNCIA:
  - 11.1. ( ) CONCILIAÇÃO
  - 11.2. ( ) INSTRUÇÃO
  - 11.3. ( ) OUTRA
12. ABRA-SE VISTA AO ADVOGADO:
  - 12.1. ( ) DO AUTOR
  - 12.2. ( ) DO RÉU
  - 12.3. ( ) DAS PARTES
13. ( ) ABRA-SE VISTA AO DEFENSOR PÚBLICO
14. ( ) ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
15. ( ) JUNTE-SE PETIÇÃO
16. ( ) CUMpra-SE O ATO PROCESSUAL DETERMINADO
17. ( ) REITERE-SE OFÍCIO
18. EXPEÇA-SE:
  - 18.1. ( ) ATO ORDINATÓRIO
  - 18.2. ( ) EDITAL
  - 18.3. ( ) PRECATÓRIA
  - 18.4. ( ) OFÍCIO
  - 18.5. ( ) MANDADO
  - 18.4. ( ) OFÍCIO
  - 18.5. ( ) MANDADO
  - 18.6. ( ) CARTA
  - 18.7. ( ) ALVARÁ
19. PUBLIQUE-SE:
  - 19.1. ( ) ATO ORDINATÓRIO
  - 19.2. ( ) DESPACHO
  - 19.3. ( ) DECISÃO
  - 19.4. ( ) SENTENÇA
20. ( ) CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO
21. ( ) DEVOLVA-SE CARTA PRECATÓRIA
22. ( ) RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**  
**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**  
**vcivel3@tjal.jus.br**

23. ( ) AGUARDE-SE O PRAZO DE SUSPENSÃO

24. ( ) OUTROS:

Maceió , 03 de novembro de 2016.

**Henrique Gomes de Barros Teixeira**  
**Juiz de Direito**



**Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900,**  
**Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br**

Autos nº 0728045-17.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Adervan da Silva

Réu: Companhia Mutual de Seguros

**DESPACHO - VISTO EM CORREIÇÃO - 2017**  
**Provimento Nº 27/2017**

1. ( ) PROCESSO EM ORDEM, NADA A PROVER.
2. À CONCLUSÃO PARA:
  - 2.1. ( ) DESPACHO
  - 2.2. ( x ) **DECISÃO**
  - 2.3. ( ) SENTENÇA
3. COBRE-SE:
  - 3.1. ( ) A DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIA
  - 3.2. ( ) A DEVOLUÇÃO DE MANDADO
4. ( ) CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS.
5. ( ) REITERE-SE O DESPACHO DE FLS.
6. ( ) MANTENHA-SE O FEITO SOBRESTADO.
7. ( ) ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
8. ( ) AUTUE-SE.
9. REMETA-SE
  - 9.1. ( ) AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
  - 9.2. ( ) À CONTADORIA
  - 9.3. ( ) À DISTRIBUIÇÃO
10. ( ) EXPEÇA-SE CERTIDÃO AO FUNJURIS
11. COLOQUE-SE NA PAUTA DE AUDIÊNCIA:
  - 11.1. ( ) CONCILIAÇÃO
  - 11.2. ( ) INSTRUÇÃO
  - 11.3. ( ) OUTRA
12. ABRA-SE VISTA AO ADVOGADO:
  - 12.1. ( ) DO AUTOR
  - 12.2. ( ) DO RÉU
  - 12.3. ( ) DAS PARTES
13. ( ) ABRA-SE VISTA AO DEFENSOR PÚBLICO
14. ( ) ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
15. ( ) JUNTE-SE PETIÇÃO
16. ( ) CUMpra-SE O ATO PROCESSUAL DETERMINADO
17. ( ) REITERE-SE OFÍCIO
18. EXPEÇA-SE:
  - 18.1. ( ) ATO ORDINATÓRIO
  - 18.2. ( ) EDITAL
  - 18.3. ( ) PRECATÓRIA
  - 18.4. ( ) OFÍCIO
  - 18.5. ( ) MANDADO
  - 18.6. ( ) CARTA
  - 18.7. ( ) ALVARÁ
19. PUBLIQUE-SE:
  - 19.1. ( ) ATO ORDINATÓRIO
  - 19.2. ( ) DESPACHO
  - 19.3. ( ) DECISÃO
  - 19.4. ( ) SENTENÇA
20. ( ) CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO
21. ( ) DEVOLVA-SE CARTA PRECATÓRIA
22. ( ) RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO
23. ( ) AGUARDE-SE O PRAZO DE SUSPENSÃO
24. ( ) OUTROS:

Maceió(AL), 14 de novembro de 2017.

Henrique Gomes de Barros Teixeira  
 Juiz de Direito



**Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**  
**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**  
**vcivel3@tjal.jus.br**

**Autos nº 0728045-17.2015.8.02.0001**

**Ação:** Exibição

**Autor:** Adervan da Silva

**Réu:** Companhia Mutual de Seguros

### **DESPACHO**

1. Cite-se o réu para comparecer à Audiência de Conciliação, a qual se realizará na sala de audiência da 3ª Vara Cível da Capital, cuja data será devidamente pautada pela Escrivania, lembrando que estejam presentes, nesta oportunidade, as partes ou representantes destas que estejam aptos a proceder com um possível acordo.
2. Notifique-se, autor e réu, que caso não compareçam injustificadamente à audiência de conciliação, será considerado ato atentatório a dignidade da justiça, com imposição de multa conforme determina os art. 334 do Código de Processo Civil.
3. Por fim, em caso de não houver autocomposição ou não comparecimento da parte ré, fica o réu citado, para querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, da data da audiência de conciliação.
4. Cumpra-se.

Maceió(AL), 19 de abril de 2018.

**Henrique Gomes de Barros Teixeira**  
**Juiz de Direito**



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital**

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**

**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**

**vcivel3@tjal.jus.br**

Autos nº: 0728045-17.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Adervan da Silva

Réu: Companhia Mutual de Seguros

### **ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 18 de outubro de 2018, às 15 horas, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma.

Maceió, 29 de maio de 2018

Jozinete Santos Gonçalves Melo  
Chefe de Secretaria Judicial

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0209/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 04/06/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 06/06/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	5	12/06/2018

Teor do ato: "Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 18 de outubro de 2018, às 15 horas, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma."

Maceió, 4 de junho de 2018.



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

**Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital**

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**

**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**

**vcivel3@tjal.jus.br**

Autos nº: 0728045-17.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Adervan da Silva

Réu: Companhia Mutual de Seguros

### **ATO ORDINATÓRIO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 23 de outubro de 2018, às 15 horas, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma.

Maceió, 21 de junho de 2018

Jozinete Santos Gonçalves Melo  
Chefe de Secretaria

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0252/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 22/06/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 03/07/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	5	09/07/2018

Teor do ato: "Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 23 de outubro de 2018, às 15 horas, a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma."

Maceió, 22 de junho de 2018.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL**

Autos nº. 0728045-17.2015.8.02.0001.

**ADERVAN DA SILVA**, já qualificado nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar e requerer o que abaixo se segue.

Diante da designação das audiências de conciliação para o dia 18/10/2018 às 15:00h e dia 23/10/2018 às 15:00h, nos termos do art. 319, VII do CPC/2015, a parte autora informa que **não tem interesse na audiência de conciliação**. Uma vez que, tendo em vista que a presente lide trata-se de uma ação de **produção antecipada de provas**, torna-se totalmente dispensável tal procedimento.

Pede deferimento  
Londrina, sexta-feira, 10 de agosto de 2018.

**Juliana Trautwein Chede**  
(Resp. Est.)  
OAB/AL 15.988 A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
(Resp.)  
OAB/PR 48.250

**Julia Castilho Sepulveda**  
(Elab)  
Acadêmica de Direito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIO/AL**

Autos nº. 0728045-17.2015.8.02.0001.

**ADERVAN DA SILVA**, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

A parte autora informa que **não comparecerá** na audiência de conciliação, tendo uma vez que a presente lide se trata de uma ação de **produção antecipada de provas**, torna-se totalmente dispensável tal procedimento. Portanto, **requer** o normal prosseguimento do feito.

Pede deferimento  
Londrina, sexta-feira, 5 de outubro de 2018.

**Juliana Trautwein Chede**  
(Resp. Est.)  
OAB/AL 15.988 A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**  
(Resp.)  
OAB/PR 48.250

**Debora Sampaio Fuga**  
(Resp.Rev.)  
OAB/PR 64.084

**Rayla Picoloto Busnello**  
(Elab.)  
Acadêmica de Direito



**ESTADO DE ALAGOAS  
PODER JUDICIÁRIO**

**Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital**

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

**Autos nº 0728045-17.2015.8.02.0001**

**Ação:** Exibição

**Autor:** Adervan da Silva

**Réu:** Companhia Mutual de Seguros

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro de 2018, nesta cidade de Maceió, 3ª Vara Cível da Capital, às 15:00hs, onde se encontrava presente a CONCILIADORA Louise Melo da Costa Leão, compareceu apenas a parte Autora, Adervan da Silva. **Aberta a audiência**, verificou-se que restou prejudicada a presente conciliação em face da ausência de citação da parte ré, bem como petição da parte autora de fls. 31 e 32 a qual informou que não possui interesse em conciliar uma vez que se trata de produção antecipada de provas. Por fim, remeteu-se os autos concluso para deliberação. Nada mais havendo a constar, encerrou-se o presente termo. Eu, Louise Melo da Costa Leão Louise Melo da Costa Analista Judiciário, o digitei.

*Louise Melo da Costa Leão*  
Louise Melo da Costa Leão  
Analista Judiciário

Parte Autora: *Adervan da Silva*

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL**

Autos nº. 0728045-17.2015.8.02.0001.

**ADERVAN DA SILVA**, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Em consulta aos autos, verifica-se que este processo não apresenta novas movimentações desde **outubro de 2018**. Isto posto, requer o normal prosseguimento do feito com expedição de citação para ré, conforme despacho de página 26.

Pede deferimento  
Londrina, sexta-feira, 8 de março de 2019.

**Juliana Trautwein Chede**  
(Resp. Est.)  
OAB/AL 15.988 A

**Aniele Pissinati**  
(Resp.)  
OAB/PR 86.125

**Rayla Picoloto Busnello**  
(Elab.)  
Acadêmica de Direito



**Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital**  
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,**  
**Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**  
**vcivel3@tjal.jus.br**

**Autos nº: 0728045-17.2015.8.02.0001**

**Ação:** Exibição

**Autor:** Adervan da Silva

**Réu:** Companhia Mutual de Seguros

### **DECISÃO**

1. Defiro o requerido às fls. 34.
2. Proceda-se a secretaria com o cumprimento do despacho de fls. 26, visto que a parte não fora citada.
3. Cumpra-se.

Maceió , 08 de outubro de 2019.

**Henrique Gomes de Barros Teixeira**  
**Juiz de Direito**



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS  
ESTADO DE ALAGOAS  
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

### CARTA DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 0728045-17.2015.8.02.0001  
Classe – Assunto: **Exibição - Liminar**  
Autor: Adervan da Silva  
Réu: Companhia Mutual de Seguros

**Destinatário:**

**Companhia Mutual de Seguros**

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681, 4º, 5º e 6º Andares, Brooklin Novo  
São Paulo-SP  
CEP 04571-011

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinalados, .

**PRAZO:** O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC).

**ADVERTÊNCIAS:**

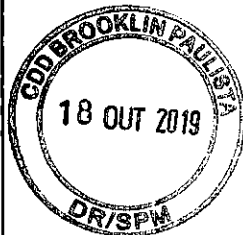
**01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).**

**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br), sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Maceió, 14 de outubro de 2019. Ricardo Jorge Duarte de Mendonça - Analista Judiciário

**Digital**17/10/2019  
LOTE: 2445

fls. 37

**ATENÇÃO:**  
Posta restante de  
20 (vinte) dias  
corridos.CARIMBO  
UNIDADE DE ENTREGA**BV**

RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO

**MARCIO**  
**8926559-9****DESTINATÁRIO**

Companhia Mutual de Seguros

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681, 4º; 5º e 6º Andares,  
Brooklin Novo

São Paulo, SP

**04571-011****AO REMETENTE****AR072716648VU****ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR**

Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

**TENTATIVAS DE ENTREGA**1ª 18/10/19 \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

2ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

3ª \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ \_\_\_\_:\_\_\_\_ h

**MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO**

Mudou-se



Endereço insuficiente



Não existe o número



Desconhecido



Outros

BLANCA

Falecido



Recusado



Não procurado



Ausente

ARVINO

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital  
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,  
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:  
vcivel3@tjal.jus.br

**Autos nº 0728045-17.2015.8.02.0001**

Ação: Exibição

Autor: Adervan da Silva

Réu: Companhia Mutual de Seguros

Ato Ordinatório:

Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, manifeste-se a parte autora sobre o AR de fls. 37, no prazo de 15 (quinze) dias.

Maceió, 06 de novembro de 2019.

Louise Melo da Costa Leão  
Analista Judiciário

## CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0817/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 07/11/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 11/11/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
15/11/2019 - Proclamação da República - Prorrogação  
18/11/2019 - Antecipação - Morte do Líder Negro Zumbi dos Palmares - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	15	03/12/2019

Teor do ato: "Ato Ordinatório: Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, manifeste-se a parte autora sobre o AR de fls. 37, no prazo de 15 (quinze) dias. Maceió, 06 de novembro de 2019. Louise Melo da Costa Leão Analista Judiciário"

Maceió, 7 de novembro de 2019.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª  
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL**

Autos n.º 0728045-17.2015.8.02.0001

**ADERVAN DA SILVA**, parte já qualificada nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, informar e requerer o que abaixo se segue:

**De início requer a apreciação do pedido fls. 17/22 de ratificação do Polo Passivo.**

No mais, para o normal prosseguimento do feito requer **citação via postal** da ré no endereço: **Rua da Assembleia, nº 100, 16º andar, Ed City Tower, Centro, CEP: 20011-000 na cidade do Rio de Janeiro/RJ.**

Pede deferimento

Londrina, quarta-feira, 27 de novembro de 2019.

**Juliana Trautwein Chede**

(Resp. Est.)

OAB/AL 15.988 A

**Bruno Augusto Sampaio Fuga**

(Resp.)

OAB/SP 352.413

**Rafael Souza da Silva**

(Elab)

Acadêmico de Direito



PODER  
JUDICIÁRIO  
DE ALAGOAS

Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital  
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,  
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:  
vcivel3@tjal.jus.br

**Autos nº 0728045-17.2015.8.02.0001**

Ação: Exibição

Autor: Adervan da Silva

Réu: Companhia Mutual de Seguros

Ato Ordinatório:

Em cumprimento ao Provimento nº 13/2009, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, expeça-se nova Carta de Citação ao réu, no endereço indicado pela parte autora.

Maceió, 04 de março de 2020.

Jose Guilherme Costa Braga  
Analista Judiciário



ESTADO DE ALAGOAS  
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

**CARTA DE CITAÇÃO**

Processo Digital nº: 0728045-17.2015.8.02.0001  
Classe – Assunto: **Exibição - Liminar**  
Autor: Adervan da Silva  
Réu: Companhia Mutual de Seguros

**Destinatário:**

**Companhia Mutual de Seguros**

Rua da Assembleia, 100, 16º andar, Ed City Tower., Centro  
Rio de Janeiro-RJ  
CEP 20011-000

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinalados, .

**PRAZO:** O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC).

**ADVERTÊNCIAS:**

**01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).**

**OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço [www.tjal.jus.br](http://www.tjal.jus.br), sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006).Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Maceió, 04 de março de 2020. Jose Guilherme Costa Braga - Analista Judiciario